

COSAN OITO S.A.
CNPJ/MF Nº 43.874.376/0001-38

LAUDO DE AVALIAÇÃO CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA FINS DE INCORPORAÇÃO

SOPARC – AUDITORES E CONSULTORES S.S. LTDA., sociedade estabelecida na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Rua 13 de Maio, nº 797, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 03.132.733/0001-78, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP020874/O-6, com seu Contrato Social de Constituição registrado no Primeiro Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Piracicaba - SP, em 28 de abril de 1999 e alterações posteriores registradas no mesmo cartório, sendo a última alteração datada de 21 de maio de 2007, registrada em microfilme sob o nº. AV.6, Reg. nº 45686, LV.10, em 21 de maio de 2007, representada pelo seu sócio Eduardo Rodrigues, brasileiro, divorciado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 18.136.689, inscrito no CPF/MF sob o nº 123.317.298-08 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP175393/O-0, residente e domiciliado em Rio das Pedras, Estado de São Paulo, nomeada pela administração da **COSAN OITO S.A.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 07, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.874.376/0001-38, com seus atos societários arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.578.678 (“Cosan Oito”), para proceder a avaliação contábil do patrimônio líquido que será incorporado pela **COSAN S.A.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 01, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 50.746.577/0001-15, com seus atos societários arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.177.045 (“Cosan”), de acordo com as práticas contábeis brasileiras, apresenta a seguir o resultado de seu trabalho.

1. Objetivo da avaliação

A Avaliação tem por objetivo determinar o valor do patrimônio líquido da Cosan Oito, na data base de 31 de outubro de 2024, para fins de incorporação pela Cosan.

2. Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Cosan Oito é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários, para permitir a elaboração de tais informações contábeis, livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Cosan Oito está descrito no Anexo II a este laudo de avaliação.

3. Alcance dos trabalhos

Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Cosan Oito, na data de 31 de outubro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame sobre as contas que registram o referido patrimônio líquido, conforme o Anexo I a este laudo de avaliação, e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Cosan.

Assim, efetuamos o exame de acordo com as normas contábeis aplicáveis, cumprimento de exigências éticas e com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio objeto de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão deste laudo de avaliação, envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a

avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes em relação ao acervo avaliado, para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não expressa opinião sobre a efetividade desses controles internos da Cosan Oito. O trabalho inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

4. Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor do patrimônio líquido da Cosan Oito, totaliza o valor de R\$ 14.493.660.159,27 (catorze bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, seiscentos e sessenta mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e sete centavos), conforme consta do balanço patrimonial datado de 31 de outubro de 2024, registrado nos livros contábeis da Cosan Oito, elaborado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Piracicaba (SP), 05 de dezembro de 2024.

SOPARC – AUDITORES E CONSULTORES S.S. LTDA

CRC 2SP020874/O-6

EDUARDO RODRIGUES

CRC 1SP175393/O-0

ANEXO I

PATRIMÔNIO LÍQUIDO A SER INCORPORADO PELA COSAN S/A.

Cosan Oito S.A.
CNPJ: 43.874.376/0001-38
Balanço patrimonial em 31/10/2024

	Notas	31/10/2024		Notas	31/10/2024
Ativos			Passivos		
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	12.590.460,99	Outros tributos a pagar		32.134,47
Títulos e valores imobiliários	4.2	10.759.268,70	Outras obrigações		215.147,53
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		107.512.087,87	Passivo circulante		247.282,00
Ativo circulante		130.861.817,56			
			Capital social		13.916.505.000,00
			Reservas de capital		(113.275.093,79)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	334.289.185,07	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(3.731.054,99)
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	153.633.405,52	Prejuízo acumulado		(194.120.095,05)
Investimentos em associadas	5	13.875.123.033,12	Resultado do período		888.281.403,10
Ativo não circulante		14.363.045.623,71	Patrimônio líquido	7	14.493.660.159,27
Total do ativo		14.493.907.441,27	Total do passivo e patrimônio líquido		14.493.907.441,27

Renata Pavanelli Chaves
CRC SP-283861/O-1

ANEXO II

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA COSAN OITO S.A.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cosan Oito S.A. ("Cosan Oito" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de agosto de 2021, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A. ("Cosan"), sua controladora.

1.1 PRINCIPAIS EVENTOS DO PERÍODO

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA VALE

O Conselho de Administração da Vale S.A. ("Vale") aprovou, em 22 de fevereiro de 2024, a remuneração dos acionistas no valor de R\$11.721.894. O montante declarado corresponde integralmente a dividendos, totalizando R\$2,738548374 por ação. O pagamento ocorreu em 19 de março de 2024, e a Cosan Oito recebeu R\$577.469.

DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DA VALE

O Conselho de Administração da Vale aprovou em 25 de julho de 2024 a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") no valor de R\$8.940.158. O montante declarado corresponde integralmente a dividendos no valor total de R\$2,093798142 por ação. O pagamento ocorreu em 04 de setembro de 2024 no montante de R\$315.622, líquidos de impostos retidos na fonte.

UNWIND OPERAÇÕES VALE

- **Collar Financing**

Durante os primeiros meses de 2024, conforme demonstrado no quadro, a Companhia efetuou a antecipação das dívidas atreladas a operação da Vale, sendo que, abril de 2024 foi concluída a liquidação de 100% das dívidas e dos derivativos de *collar financing* ligados a operação.

Data base	Participação Cosan			Liquidação dívidas Efeito caixa		Ganho/Perda liquidação Collar Financing
	Direta	Collarizada	Total	Principal	Juros	
Janeiro de 2024	2,62%	2,03%	4,65%	(1.698.606)	(49.773)	188.140
Fevereiro de 2024	3,91%	0,74%	4,65%	(2.067.956)	(63.689)	303.431
Abril de 2024 ⁽ⁱ⁾	3,91%	—	3,91%	(1.918.773)	(65.880)	331.116
					(179.342)	822.687

(i) Em 19 de abril de 2024, a Companhia concluiu a alienação de mais 33.524.185

ações equivalentes à participação de 0,78% no capital social votante da Vale, juntamente com a liquidação antecipada do restante da dívida. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos *collar*, passando a deter apenas participação direta na Vale.

- **Call Spread**

Em maio de 2024, a Companhia efetuou a liquidação antecipada da primeira tranche da estrutura de derivativos *Call Spread* equivalente à 10.786 milhões de ações ou 0,24% do total de ações da Vale, eliminando totalmente os vencimentos em 2024, reduzindo a participação econômica de 1,58% para 1,34%.

Data base	Participação econômica Cosan		Ganho/perda liquidação <i>Call Spread</i>	
	% Liquidado antecipado	% Remanescente	Efeito caixa	Efeito resultado
Maio de 2024	0,24%	1,34%	14.499	(82.265)

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR. As demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações necessárias para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas locais e International Financial Reporting Standards ("IFRS"). No entanto, notas explicativas específicas são incluídas para explicar eventos e transações que são significativos para uma compreensão das mudanças na posição financeira e no desempenho do Grupo desde a última demonstração financeira anual.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome dinheiro. Todos os saldos, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais para os períodos indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"):

Moeda	31/10/2024	31/12/2023
Euro (€)	R\$6,27	R\$5,35
Iene (¥)	R\$0,04	R\$0,03

3.2 USO DE JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** – Imposto de renda e contribuição social

4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Nota</u>	<u>31/10/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	12.591	374.979
		12.591	374.979
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	4.2	10.759	25.002
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	153.633	651.837
		164.392	676.839
Total		176.983	1.051.818
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		—	(5.835.841)
Pagáveis a partes relacionadas		(215)	—
		(215)	(5.835.841)
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	—	(935.839)
		—	(935.839)
Total		(215)	(6.771.680)

4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/10/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	35	31
Conta remunerada	20	10
Aplicações financeiras	12.536	374.938
	12.591	374.979

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/10/2024	31/12/2023
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	12.536	59.058
	12.536	59.058
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	—	315.880
	—	315.880
	12.536	374.938

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de outubro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

4.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

	31/10/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários		
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱ⁾	10.759	25.002
	10.759	25.002

- (i) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

4.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou
- ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

A Companhia mensurou e classificou os ativos financeiros patrimoniais pelo valor justo por meio do resultado, observado pelo valor das ações da Vale no mercado. O *equity forward* também foi mensurado e classificado pelo valor justo por meio do resultado, observando o modelo de precificação *Black & Scholes*, que usa o preço da ação e a volatilidade da ação subjacente, bem como as taxas de juros como parâmetros de entrada significativos.

	Nocional		Valor justo	
	31/10/2024	31/12/2023	31/10/2024	31/12/2023
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de termo (juros e câmbio)	—	8.859.122	—	(935.838)
	—	8.859.122	—	(935.838)
Risco de preço de ação				
Call Spread	9.510.160	5.594.212	153.633	366.296
Collar (Ações Vale)	—	13.114.720	—	285.540
	9.510.160	18.708.932	153.633	651.836
Total dos instrumentos financeiros			153.633	(284.002)
Ativo circulante			—	96.764
Ativo não circulante			153.633	555.073
Passivo não circulante			—	(935.839)
Total			153.633	(284.002)

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

5. INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Política contábil:

i. Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

ii. Investimentos em coligadas com influência significativa

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a vinte por cento a companhia realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa.

As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*).

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

a) Associada da Companhia

Em 30 de novembro de 2023 a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro indicado pela Cosan para o Conselho da Vale pôde participar dos processos de formulação de políticas, incluindo decisões sobre dividendos e outras distribuições. Assim, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada e com influência significativa, registrando o investimento por patrimônio líquido conforme CPC 18/IAS 28.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Juntamente com suas subsidiárias, é uma das maiores produtoras de minério de ferro e níquel do mundo, produzindo também minério de ferro e pelotas de cobre.

Abaixo apresentamos a movimentação do saldo de investimento:

Saldo em 1º de janeiro de 2023

Reclassificação de ativo financeiro	16.274.081
Resultado de equivalência patrimonial	96.075
Outros ⁽ⁱ⁾	(707.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.662.485

Resultado de equivalência patrimonial	1.735.170
Ajuste de avaliação patrimonial.	(110.911)
Dividendos recebidos	(948.788)
Baixa pela venda de ações	(2.462.833)
Saldo em 31 de outubro de 2024	13.875.123

- (i) O saldo de outros é composto principalmente pelo custo das ações vendidas da Vale no valor de R\$701.575.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, usando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A Companhia está comprometida com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e letra das leis e regulamentos dos países onde realizam negócios. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	31/10/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.466.818	(960.017)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(498.618)	326.406
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	589.958	32.666
Juros sobre capital próprio	(126.248)	—
Receita de dividendos	—	254.260
Selic sobre indébito	2.452	326
Outros	(81)	—
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(32.537)	613.658
Taxa efetiva - %	2,22%	63,92%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/10/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	109.934	117.024
Base negativa de contribuição social	39.576	42.129
Diferenças temporárias		
Variação cambial - Empréstimos e Financiamentos	—	33.552
Diferenças temporárias	—	103
Resultado não realizado com derivativos	249.905	228.974
Total	399.415	421.782

Créditos passivos de:**Diferenças temporárias**

Participação em associadas	(65.126)	—
Títulos e valores mobiliários	—	(77.437)
Total	(65.126)	(77.437)

Total de tributos diferidos registrados	334.289	344.345
--	----------------	----------------

Diferido ativo	334.289	344.345
Diferido passivo	—	—
Total diferido, líquido	334.289	344.345

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo. O IR diferido ativo será recuperado em até 5 anos, mediante o resultado de alienação parcial das ações, combinado com liquidação de derivativos, e com o fluxo de receita de JCP da Vale.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:**ATIVO:**

	Prejuízo fiscal e base negativa	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	4.987	596.107	280.510	881.604
Creditado / cobrado do resultado do exercício	154.166	(367.133)	(324.292)	(537.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	159.153	228.974	(43.782)	344.345
Creditado / cobrado do resultado do exercício	(9.643)	20.931	43.782	55.070
Saldo em 31 de outubro de 2024	149.510	249.905	—	399.415

PASSIVO:

	Títulos e Valores Mobiliários	Participação em associadas	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	(1.150.916)	—	(1.150.916)
Creditado / cobrado do resultado do exercício	1.150.916	—	1.150.916
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	—	—
Creditado / cobrado do resultado do exercício	—	(65.126)	(65.126)
Saldo em 31 de outubro de 2024	—	(65.126)	(65.126)

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil:

a. Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

b. Reserva de capital

De acordo com a Lei nº 6.404/76, a reserva de capital é a contribuição do subscritor de ações, cujo valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias, podendo ser utilizada para absorver prejuízos, i) quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, exceto no caso da existência de lucros acumulados e de reservas de lucros, quando os prejuízos serão absorvidos primeiramente por essas contas; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

e. Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$13.916.505 (R\$8.194.005 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 14.646.505.000 ações ordinárias nominativas (8.194.006 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$4.070.000

Em 23 de maio de 2024, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a redução de capital da subsidiária Cosan Oito no montante de R\$730.000, sem cancelamento de ações e sem mudança na participação societária da companhia.

Acionistas	ON	%
Cosan S.A.	14.646.505.000	100,00
Total	14.646.505.000	100,00

b) Destinação do lucro líquido do exercício

No ano de 2023 a Companhia teve um prejuízo de R\$346.359 e a destinação ficou em R\$126.100 absorvido pelo lucro de exercícios anteriores, R\$26.139 absorvido pela conta de Reserva Legal e R\$194.120 destinado conta de prejuízos acumulados.

c) Outros resultados abrangentes

	31/10/2024	31/12/2023
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(50.538)	7.400
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	29.498	30.121
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	6.079	(26.291)
Total	(14.961)	11.230

d) Dividendos pagos

Nos dias 19 de março de 2024 e 01 de setembro de 2024 a Companhia pagou dividendos intermediários nos valores de R\$210.000 e R\$336.000 respectivamente.

8. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	31/10/2024	31/12/2023
Receitas com dividendos	—	1.339.340
Resultado venda de investimento ⁽ⁱ⁾	(383.205)	—
Outros	(2)	(56.362)
	(383.207)	1.282.978

(i) Efeito líquido da operação de venda de participação societária na Vale.

9. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e despesas financeiras são os seguintes:

	31/10/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(203.432)	(136.100)
Variação cambial líquida sobre dívidas	43.443	732.765
Resultado com derivativos e valor justo	357.777	217.742
Amortização do gasto de captação	(2.917)	(3.300)
	194.871	811.107
 Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	 31.486	 (3.142.322)
	31.486	(3.142.322)
 Custo da dívida, líquida	 226.357	 (2.331.215)
 Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	4.437	568
Juros sobre outras obrigações	—	(10.653)
Derivativos não dívida	(81.165)	—
Juros sobre capital próprio	(34.347)	—
Despesas bancárias e outros	(389)	2.651
	(111.464)	(7.434)
 Resultado financeiro, líquido	 114.893	 (2.338.649)
 Reconciliação		
Despesas financeiras	(239.342)	(3.852.619)
Receitas financeiras	25.345	8.465
Variação cambial	43.443	732.765
Efeito líquido dos derivativos	285.447	772.740
Resultado financeiro, líquido	114.893	(2.338.649)

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DA VALE S.A.

O Conselho de Administração da Vale aprovou em 28 de novembro de 2024, a distribuição de JCP no valor correspondente a R\$ 0,520530743 reais por ação. O pagamento ocorrerá até março de 2025.